DELIBERAÇÃO AC00 - 1366/2019

PROCESSO TC/MS	**:** TC/03115/2014/001
PROTOCOLO	**:** 1868753
TIPO DE PROCESSO	**:** RECURSO ORDINÁRIO
ÓRGÃO	**:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
RECORRENTE	**:** MURILO ZAUITH
RELATOR	**:** CONS. FLÁVIO KAYATT

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO – DECISÃO SINGULAR – ATO DE ADMISSÃO – CONTRATO TEMPORÁRIO – NÃO REGISTRO – REMESSA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTOS – APLICAÇÃO DE MULTAS – RAZÕES RECURSAIS – AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE – RESPONSABILIZAÇÃO ATRIBUÍDA AO SECRETÁRIO DA PASTA – ANULAÇÃO DA DECISÃO – NECESSIDADE DE REABERTURA DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL – RECURSO PROVIDO.

Verificada a existência de Lei Municipal dispondo acerca da responsabilidade da autoridade que celebrar a contratação, e que o contrato por tempo determinado foi assinado pelo Secretário Municipal da pasta, a responsabilidade pelas irregularidades detectadas deve ser imputada a esta autoridade e não ao recorrente, a época, chefe do executivo municipal.

Demonstrada a ausência de responsabilidade do recorrente, é dado provimento ao recurso para anular a decisão recorrida, devendo os autos ser encaminhados para o setor competente para reabrir a instrução processual e dar oportunidade ao responsável para exercer o seu dever de prestar contas e o seu direito ao contraditório e a ampla defesa.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 16ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, de 11 de junho de 2019, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em **conhecer e dar provimento** ao Recurso Ordinário interposto por **Murilo Zauith**, Prefeito Municipal de Dourados na época dos fatos, para **anular** a Decisão Singular DSG-GMJMS-5786/2017, proferida no Processo TC/03115/2014; devendo ser realizado o encaminhamento dos autos à Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (DFAPGP), relatoria original, para a **reabertura da instrução processual**, apuração e intimação da correta ordenadora de despesas, no caso, a Sra. Marinisa Kiyomi Mizoguchi (ex-Secretária Municipal de Educação de Dourados), responsável pela contratação temporária em questão, para exercer o seu dever de “prestar contas” e o seu direito ao contraditório e a ampla defesa.

Campo Grande, 11 de junho de 2019.

Conselheiro **Flávio Kayatt** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Flávio Kayatt – Relator

Referem-se estes autos ao Recurso Ordinário, interposto por **Murilo Zauith**, Prefeito Municipal de Dourados no período de 01/01/2013 a 31/12/2016, em face da Decisão Singular **DSG-GMJMS-5786/2017**, proferida no Processo TC/03115/2014 (peça 17, fls. 98-102), nos seguintes termos:

> *"Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 10, I da Resolução Normativa nº 076/2013, DECIDO:*
>
> ***1 –** Pelo **NÃO REGISTRO DO ATO DE ADMISSÃO** – CONTRATO TEMPORÁRIO S/N, da Sra. Suelen de Souza Morais, uma vez que infringiu o artigo 34 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 145, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;*
>
> ***2 -** Pela aplicação de **MULTA** equivalente ao valor de **80 (oitenta) UFERMS** ao Sr. Murilo Zauith – Prefeito Municipal e responsável pela contratação na época, da seguinte forma:*
>
> ***- 50 (cinquenta) UFERMS**, por grave infração a norma legal, de conformidade com o artigo 44, inciso I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 170, §1º, inciso I, a – do Regimento Interno desta Corte de Contas;*
>
> ***- 30 (trinta) UFERMS**, pela não remessa de documentação obrigatória ao Tribunal de Contas dentro do prazo legal quanto ao contrato, com base no artigo 10, §1º, inciso III do Regimento Interno deste Tribunal de c/c o artigo 44, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012**,(...)".***

Em suas razões recursais, que vieram desacompanhadas de documentos, o recorrente demonstra o seu inconformismo com os termos da Decisão acima, pleiteando, em apertada síntese, que seja dado conhecimento e regular processamento ao recurso e, no mérito, seja dado provimento, absolvendo-o da infração administrativa imputada e extinguindo todos os seus efeitos legais.

O Conselheiro-Presidente desta Corte de Contas, ao realizar o juízo de admissibilidade, considerou o recurso tempestivo e cabível, em conformidade com as normas estabelecidas nos arts. 149, 150 e 151 do Regimento Interno, recebendo-o em seu efeito suspensivo e determinando a sua distribuição a esta Relatoria, conforme Despacho DSP-GAB.PRES.-9108/2018 (fl. 9).

Ao analisar a peça recursal, a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP) e o Procurador do Ministério Público de Contas posicionaram-se pelo conhecimento e negaram provimento ao recurso, mantendo inalterados os comandos da Decisão, conforme se verifica na Análise n. 13758/2018 (peça n. 6, fls. 12-15) e no Parecer n. 12393/2018 (peça n. 7, fls. 16-18).

É o relatório.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Flávio Kayatt – Relator

RAZÕES DO VOTO

A - PRELIMINARMENTE

Inicialmente, conheço do presente Recurso Ordinário na forma que admitido pela Presidência, fazendo-se presentes os requisitos necessários a sua admissibilidade – tempestividade, regularidade formal, legitimidade e interesse recursal (arts. 67, I, "*a*", 69, parágrafo único, da Lei Complementar estadual n. 160/2012 e art. 150, I e IV, da Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013).

B – DA PREJUDICIAL DE MÉRITO

Em suas razões recursais, o recorrente ─ Murilo Zauith, Prefeito Municipal na época (período de gestão: de 01/01/2013 a 31/12/2016) ─, alega que não era de sua esfera de responsabilidade a remessa de documentos a este Tribunal, e por conseguinte, a sua ausência de responsabilidade na contratação em apreço, conforme se verifica no trecho a seguir:

> *"(...) esclarece que existe no Município de Dourados/MS o Decreto n. 902 de março de 2010, que estabelece que cumpria a Secretaria de Administração a responsabilidade pela remessa de documentos, sendo, portanto, ilegítimo o ora Requerido para responder pelo atraso no envio de documentos."* (peça 1, fl. 7)

Analisando os documentos dos autos, verifico que assiste razão ao recorrente, porquanto existe no Município de Dourados a Lei Municipal n. 1.858, de 27 de julho de 1993, que *"Dispõe sobre contratação de pessoal por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público*", estabelecendo no seu art. 7º:

> ***ART. 7º AUTORIDADE CONTRATANTE, PARA EFEITOS DESTA LEI, É O PREFEITO, OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E OS QUE EXERCEM FUNÇÕES QUE LHE SÃO EQUIPARADAS. AS CONTRATAÇÕES QUE ESTAS AUTORIDADES CELEBRAREM SERÃO DE SUAS EXCLUSIVAS, DIRETA E PESSOAL RESPONSABILIDADES.***
>
> Ademais, a Lei Municipal n. 117, de 2007, assevera no seu art. 72, § 3º que:
>
> *Art. 72. (...)*
>
> ***§ 3°** A justificativa para a contratação temporária, na forma deste artigo, **é da competência do órgão ou entidade proponente** e deverá explicitar a situação excepcional e, quando for o caso, a emergência a ser atendida e os prejuízos iminentes.*

Desse modo, considerando que o Contrato Administrativo por Tempo Determinado para admissão da servidora Suelen de Souza Morais, na função de servente, foi assinado pela Secretária Municipal de Educação Marinisa Kiyomi

Mizoguchi (peça 2, fls. 3-4, do TC/03115/2014), é certo que no caso em exame, a responsabilidade pelas irregularidades detectadas nos autos deveriam ser atribuídas à citada Secretária da Pasta, em conformidade com os ditames legais do Município de Dourados (assinalados acima).

Portanto, com a devida vênia ao entendimento da Unidade de Auxílio Técnico, a meu ver, a responsabilidade pela contratação em tela não pode ser atribuída direta e exclusivamente ao Prefeito Municipal, sob o argumento de "*flagrante responsabilidade solidária do gestor*" (peça 6, fl. 14), sem sequer trazer para o feito a gestora do contrato - Marinisa Kiyomi Mizoguchi.

É incontestável que cabe a dita gestora o conhecimento dos fatos ensejadores da contratação temporária e, por conseguinte, é dela a responsabilidade perante os órgãos de controle e fiscalização, com o ônus de encaminhar os documentos necessários para o aperfeiçoamento do ato de registro da contratação.

Obviamente, não se espera que o Prefeito Municipal realize a conferência e o controle pontual de todas as contratações realizadas pelo Município, por intermédio de suas Secretarias, o que não seria razoável, notadamente porque perderia significado o instituto da descentralização administrativa e da delegação de competências, intrínsecas à estrutura de governo dos municípios.

Considerando o contexto da matéria em exame, cumpre alertar ao fato de que o Prefeito Municipal, ainda que na qualidade de agente político, não está totalmente isento de responsabilidade pelos atos praticados pelo seu Secretariado, contudo, a sua responsabilidade só deve ser alcançada em situações excepcionais. Nesse sentido, é o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme se verifica no Enunciado extraído do Acórdão 6188/2015 – 1ª Câmara, que segue:

> *É possível a responsabilização de agentes políticos nas hipóteses de **(i)** prática de ato administrativo de gestão ou outro ato, omissivo ou comissivo, que estabeleça correlação com as irregularidades apuradas; **(ii)** conduta reiterada de dano ao erário em decorrência da execução deficiente de convênios; **(iii)** irregularidades cuja amplitude e relevância indiquem, no mínimo, grave omissão no desempenho de atribuições de supervisão hierárquica; **(iv)** cometimento de irregularidades grosseiras na condução dos assuntos de sua competência.*

DISPOSITIVO

Diante de todo o exposto, deixo de adentrar no mérito por esbarrar em prejudicial básica ─ ausência de responsabilidade do Prefeito Municipal na época, Murilo Zauith, e ora recorrente, pelos atos decorrentes da contratação temporária em apreço ─, e voto nos seguintes termos:

I - pelo **CONHECIMENTO** do presente Recurso Ordinário interposto por **Murilo Zauith**, Prefeito Municipal de Dourados na época dos fatos, porque presentes os requisitos de admissibilidade, e no mérito pelo **PROVIMENTO,** para **anular** a Decisão Singular DSG-GMJMS-5786/2017, proferida no Processo TC/03115/2014;

II - pelo reencaminhamento dos autos à Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (DFAPGP), relatoria original, para a **reabertura da instrução processual**, apuração e intimação da correta ordenadora de despesas, no caso, a Sra. Marinisa Kiyomi Mizoguchi (ex-Secretária Municipal de Educação de Dourados), responsável pela contratação temporária em questão, para exercer o seu dever de "prestar contas" e o seu direito ao contraditório e a ampla defesa;

III - pela **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento ao recorrente e às demais autoridades administrativas competentes, na forma do art. 50 da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2012, e do art. 99 do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Relator, em conhecer e dar provimento ao recurso.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves.

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro Flávio Kayatt.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Ronaldo Chadid, Osmar Domingues Jeronymo, Jerson Domingos e Marcio Campos Monteiro.

Presente o Exmo. Sr. Procurador-Geral do Ministério Público de Contas João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande, 11 de junho de 2019.

Conselheiro **FLÁVIO KAYATT**

Relator

LBA/ARP/DSSM